



VI Colóquio e I Instituto da Associação Latino-Americana de Estudos do Discurso – ALED – Brasil
Estudos do discurso: questões teórico-metodológicas, sociais e éticas
São Carlos, 27-30 de Julho de 2016

A CONSTRUÇÃO SEMIÓTICA E DISCURSIVA DO IMPEACHMENT NO PARLAMENTO BRASILEIRO (I)

Rosane Queiroz Galvão¹

Resumo: Por meio deste estudo crítico transdisciplinar, que se esteia nos princípios teórico-metodológicos da Teoria Semiótica Social da Multimodalidade, desenvolvida por Gunther Kress e Theo van Leeuwen (1996, 2003), e da Análise de Discurso Crítica, capitaneada por Norman Fairclough (2003), propõe-se uma reflexão de cunho semiolinguístico e sociológico acerca de tema premente na sociedade brasileira nos anos de 2015 e 2016, o processo de impeachment dirigido à Presidente Dilma Rousseff. Como objeto de estudo, analisam-se textos multimodais da exposição cultural Parlamento e Democracia, produzidos pela Secretaria de Comunicação da Câmara dos Deputados do Brasil, que testemunham o perigoso vácuo de legitimidade que assesta não somente o Executivo, mas todos os demais Poderes da República brasileira, no decorrer da agitada 55ª Legislatura do Parlamento brasileiro.

Palavras-chave: Multimodalidade; análise crítica de discurso; discurso político; *impeachment*.

Abstract: Through this transdisciplinary critical study, which is based in the theoretical and methodological principles of the Multimodal Social Semiotic Theory, developed by Gunther Kress and Theo van Leeuwen (1996, 2003), and in the Critical Discourse Analysis, led by Norman Fairclough (2003), we propose a semiolinguistic and sociological reflection on a pressing issue in Brazilian society in the year 2015 and 2016, the impeachment process of President Dilma Rousseff. As an object of study, we analyze multimodal texts of the cultural exhibition ‘Parliament and Democracy’, which were produced by the Department of Communication of the Chamber of Deputies of Brazil and witness the dangerous vacuum of legitimacy that focus not only on the Executive power, but also on all Powers of the Brazilian Republic during the busy 55th Parliamentary Term of the Brazilian Parliament.

Keywords: multimodality; critical discourse analysis; political discourse; impeachment.

¹ Mestra em Linguística, pelo Programa de Pós-Graduação em Linguística (PPGL) da Universidade de Brasília (UnB), atua profissionalmente como Analista Legislativa da Câmara dos Deputados, onde exerce a função de Revisora de Pronunciamentos; também graduada em Direito pelo Centro Universitário de Brasília (UniCeub), em 1994, com especialização em Direito Civil; especialização em Português Jurídico, pela Universidade Cândido Mendes, e especialização em Língua Portuguesa, pelo Centro Universitário de Brasília (2006). E-mail: rosane.galvao@camara.leg.br.



VI Colóquio e I Instituto da Associação Latino-Americana de Estudos do Discurso – ALED – Brasil
Estudos do discurso: questões teórico-metodológicas, sociais e éticas
São Carlos, 27-30 de Julho de 2016

Introdução: informações gerais

O Este artigo, consecutivo de comunicação feita no VI Colóquio da Associação Latino-Americana de Estudos do Discurso — ALED Brasil, ocorrido em julho de 2016, na Universidade Federal de São Carlos (UFSCar), insere-se no contexto de estudos linguísticos e semióticos mais abrangentes que esta articulista realiza, tomando como objeto discursos políticos e discursos midiáticos públicos estatais, em especial aqueles produzidos no âmbito da Câmara dos Deputados do Brasil. Estudos mais aprofundados desta autora (GALVÃO, 2015) encontram-se disponíveis no Repositório Institucional da Universidade de Brasília.

Para o artigo foram selecionados apenas dois textos multimodais, destacados da exposição intitulada Parlamento e Democracia, mostra cultural de cunho histórico, que se fez presente nos corredores da Câmara dos Deputados do Brasil, entre fevereiro e abril de 2015. As imagens, sob o foco desta análise discursiva crítica e semiótica, permitem o desnudamento dos meandros ideológicos que se imbricam nas lutas pelo poder e nas práticas políticas levadas a cabo naquela Casa de Leis.

Em meio a diversos outros textos multimodais produzidos pela Secretaria de Comunicação da Câmara dos Deputados, tão eloquentes quanto os que ora se investigam, a exposição cultural se constrói com dois propósitos expressos: primeiro, apresentar cronologicamente os grandes momentos do Parlamento brasileiro, mostrando sua importância para o regime democrático desde a primeira sessão do Parlamento brasileiro, ainda em Lisboa, em 1822; e, segundo, dar as boas-vindas aos novos Parlamentares que passaram a compor a 55ª Legislatura, iniciada em 2015.

Tais propósitos declarados, contudo, parecem não coincidir com outros, ideologicamente ocultados. Para alcançar estes intentos, buscou-se esteio na noção de gênero textual do constructo teórico-metodológico da Teoria Semiótica Social Multimodal, de Gunther Kress e Theo van Leeuwen (1996, 2001), e nos princípios dos gêneros discursivos da Análise de Discurso Crítica proposta por Norman Fairclough (2003). Concluiu-se — a par de outros resultados — que, por meio do hibridismo de gênero, utilizado pelo produtor do signo como estratégia discursiva de dissimulação e ocultamento (THOMPSON, 2005), o significado do texto multimodal se amplia e modifica.



VI Colóquio e I Instituto da Associação Latino-Americana de Estudos do Discurso – ALED – Brasil
Estudos do discurso: questões teórico-metodológicas, sociais e éticas
São Carlos, 27-30 de Julho de 2016

O gênero textual de Gunther Kress e o gênero discurso de Fairclough

Para a Teoria Semiótica Social Multimodal (TSSM), de Gunther Kress (1989), gêneros são tipos de textos que codificam os traços característicos e as estruturas dos eventos sociais, bem como o propósito dos participantes discursivos envolvidos nos eventos. O conceito de gênero se constrói juntamente com a noção ampliada de “texto”:

[...] objeto fabricado, formado por fios “tecidos juntos” [...] constituídos de modos semióticos. Esses modos podem ser entendidos como formas sistemáticas e convencionais de comunicação. Um texto pode ser formado por vários modos semióticos (palavras e imagens, por exemplo), portanto podemos chegar à noção de multimodalidade. (KRESS, 1995, p. 7).

Sem desconsiderar as restrições impostas pelo contexto sócio-histórico, Kress (1989, p. 19) propõe, para o estudo dos gêneros textuais, um método que se constitui de três focos de análise, não necessariamente consecutivos: a análise dos **lugares de fala dos participantes discursivos**, consoante o relacionamento que se estabelece entre estes no evento social característico e os significados mais amplos de determinada cultura (manifestados nos discursos que nela circulam, em determinado momento histórico); a dos **elementos componentes da organização textual**, ou seja, a forma como se materializam os eventos sociais; e a dos **propósitos reconhecidos ou finalidades** em que se estabelecem os eventos.

Por se entender que a delimitação do gênero textual, no evento social sob investigação, resolve-se no propósito reconhecido, a este se dá ênfase neste estudo. Não se despreza, por óbvio, a análise dos lugares de fala dos participantes discursivos, que se inicia já na contextualização sócio-histórica e prossegue concomitantemente com a análise dos elementos componentes da organização textual. Verificam-se questões ligadas à hegemonia e à luta pelo poder, que vão delineando os papéis dos participantes discursivos, os quais, por assumirem posições simétricas ou assimétricas na relação discursiva, posicionam-se ora como sujeitos de direitos, ora como sujeitos de deveres.

Na análise dos elementos componentes da organização textual, recorre-se a categorias de análise da Gramática do Design Visual, de Kress e van Leeuwen (1996), como as noções de participante representado (pessoa, lugar ou coisa (concreta ou abstrata) de que se está falando, escrevendo ou produzindo imagens) e participante interativo (o produtor e o receptor,



VI Colóquio e I Instituto da Associação Latino-Americana de Estudos do Discurso – ALED – Brasil
Estudos do discurso: questões teórico-metodológicas, sociais e éticas
São Carlos, 27-30 de Julho de 2016

ou *viewer* do texto). Identificam-se alguns processos narrativos, que permitem que se entenda como se conectam os participantes discursivos. Na composição espacial do significado, verifica-se o valor da informação conforme o *topos* dos elementos (dado/novo; real/ideal; centro/margem) e a trajetória de leitura do texto. Também se vislumbram elementos de saliência ou projeção, os quais, de acordo com Kress e van Leeuwen (1996, p. 212), definem-se por elementos como primeiro e segundo planos, tamanho relativo, contrastes, tonalidades cores e formas, enquadramento ou *framing*. Como resultado de uma complexa interação de códigos, para Kress e van Leeuwen (2006, p. 212), intuitivamente os leitores têm a capacidade de fazer julgamento acerca da relevância dada a cada elemento da composição, de acordo com o destaque imprimido pelo *sign-maker* (FERRAZ, 2007).

Em toda a análise, reina o princípio da integração dos recursos semióticos, o “coração da multimodalidade” (BALDRY; THIBAUT, 2006, p. 4): todos os recursos semióticos tipicamente se combinam para realizar a produção de sentido.

O estudo do gênero é tratado por Fairclough (2001) no âmbito das ordens do discurso (elementos linguísticos de redes de práticas sociais). As ordens do discurso seriam modos relativamente estáveis de agir (gêneros), de representar (discursos) e de ser (estilos). Portanto, o gênero seria o significado acional do texto, o modo de uso da linguagem associado a uma atividade particular (FAIRCLOUGH, 2003) ou “aspectos discursivos das formas de agir e interagir por meio dos eventos sociais” (Ibid., 2006). Daí a expressão “gênero discursivo”.

Ainda de acordo com Fairclough, (2003, p. 24), os dois poderes causais que moldam o texto são, de um lado, a estrutura social e as práticas sociais, e, de outro lado, os agentes sociais (organizações, grupos e indivíduos, ou seja, as pessoas envolvidas nos eventos sociais). “Eventos sociais são causativamente moldados [em parte] por redes de práticas sociais — práticas sociais definem maneiras particulares de ação [...]” (Ibid., p. 29). Eis a definição de Fairclough (2001, p. 161) para gênero do discurso: “[...] um conjunto de convenções relativamente estável que é associado com, e parcialmente realiza [instancia, representa], um tipo de atividade socialmente aprovado [...]” Assim, os gêneros resultariam de práticas sociais antigas e perenes, ligadas a estruturas e instituições sociais historicamente estáveis.



VI Colóquio e I Instituto da Associação Latino-Americana de Estudos do Discurso – ALED – Brasil
Estudos do discurso: questões teórico-metodológicas, sociais e éticas
São Carlos, 27-30 de Julho de 2016

Breve notícia do contexto social e histórico

Fastígio da crise política nacional, o *impeachment* da Presidente Dilma Rousseff se constrói social e discursivamente no Brasil já a partir de 2013, quando no País ocorreram as primeiras grandiosas manifestações populares da Era da Cultura Digital (SANTAELLA, 2003), ou Era do Argumento Visual (FERRAZ, 2007), protestos mundialmente noticiados.

Assim, o evento discursivo sob análise se concretiza no contexto de fatos históricos e sociais complexos, marcados por crises no Brasil e no mundo. No início de 2015, os Poderes Legislativo e Executivo da República brasileira enfrentam, entre ruidosas manifestações midiáticas e populares, aguda crise de representatividade, fomentada por denúncias de corrupção. A intitulada Operação Lava-Jato, capitaneada pelo Judiciário e pelo Ministério Público, expõe a dilapidação criminoso da maior empresa estatal brasileira, a Petrobrás, envolvendo empresários e partidos políticos. A par da crise política, copiosas e orquestradas notícias da instabilidade financeira e orçamentária do Governo agravam a crise econômica no Brasil. O regime democrático se vê ameaçado por clamores de movimentos organizados que pedem a volta do regime militar (talvez inflamados por fatos aparentemente menores, como a dispensa do Gabinete de Segurança Institucional da incumbência de, após 77 anos, assistir diretamente a Presidência em assuntos de segurança).

Na Câmara dos Deputados, assume a hegemonia política o grupo liderado pelo Deputado Eduardo Cunha, membro do Partido do Movimento Democrático Brasileiro (PMDB), partido que até então compunha oficialmente a base de apoio da Presidenta da República Dilma Rousseff, do Partido dos Trabalhadores (PT), reeleita no final de 2014, tendo como Vice-Presidente o peemedebista Michel Temer. Portanto, ressalte-se, durante o tempo em que foi exposta a mostra Parlamento e Democracia, o PMDB fazia parte da base aliada ao Governo no Parlamento.

Pela primeira vez na história da Câmara dos Deputados, em 2015, a direção da Secretaria de Comunicação passa para as mãos de um parlamentar, deixando de estar sob o comando de servidor concursado. O recém-empossado Presidente da Câmara dos Deputados, Eduardo Cunha — autoproclamado conservador e de direita, membro da Bancada Evangélica —, indica para o cargo o Deputado Kleber Verde, do Partido Republicano Brasileiro (PRB). A assunção dos órgãos de comunicação da Casa de Leis certamente resulta da constatação do



VI Colóquio e I Instituto da Associação Latino-Americana de Estudos do Discurso – ALED – Brasil
Estudos do discurso: questões teórico-metodológicas, sociais e éticas
São Carlos, 27-30 de Julho de 2016

crescimento exponencial do alcance da mídia parlamentar, principalmente após 2011, com a convergência e a integração das mídias e a unificação de seus departamentos (cf. BRASIL, 2013), e com a significativa expansão da Rede Legislativa de Rádio e TV por todo o País.

Outros fatores se emaranham na trama política, que tem como principal pano de fundo a exasperação na relação entre os três Poderes da República, acirrada por inúmeras circunstâncias e fatos nem tão explícitos (v.g. reiteradas negativas aos pedidos de reajuste salarial do Judiciário). Já no início do segundo mandato de Dilma Rousseff, estavam lançadas e sendo regadas as sementes do que passaria a distinguir o cenário social e político a partir do final de 2015, especialmente após 2 de dezembro, dia em que o então Presidente da Câmara dos Deputados, Eduardo Cunha, aceitou denúncia contra a Presidenta por crime de responsabilidade.

Ainda não estavam totalmente polarizados esquerdistas e direitistas no Brasil. Ainda não recrudesçam ao extremo os ânimos dos *pró-impeachment*, que se unificariam sob o símbolo e as cores da bandeira nacionalista, e dos “contra o golpe”, que iriam aderir ao luto, pelo iminente óbito do Governo popular trabalhista. As elites do Centro-Oeste brasileiro, que se apresentariam consentâneas com a posição antigovernista da Federação das Indústrias do Estado de São Paulo — FIESP, ainda abarrotariam as redes sociais e as ruas com o ódio e a indignação que até então pareciam exclusivos das grandes massas. Enquanto se construía discursivamente o *impeachment* nas mídias e redes sociais, colocando-se a lenha sob a caldeira, uma despreziosa mostra cultural e histórica era exposta nos corredores de acesso ao Plenário da Casa.

Breve notícia do contexto social e histórico

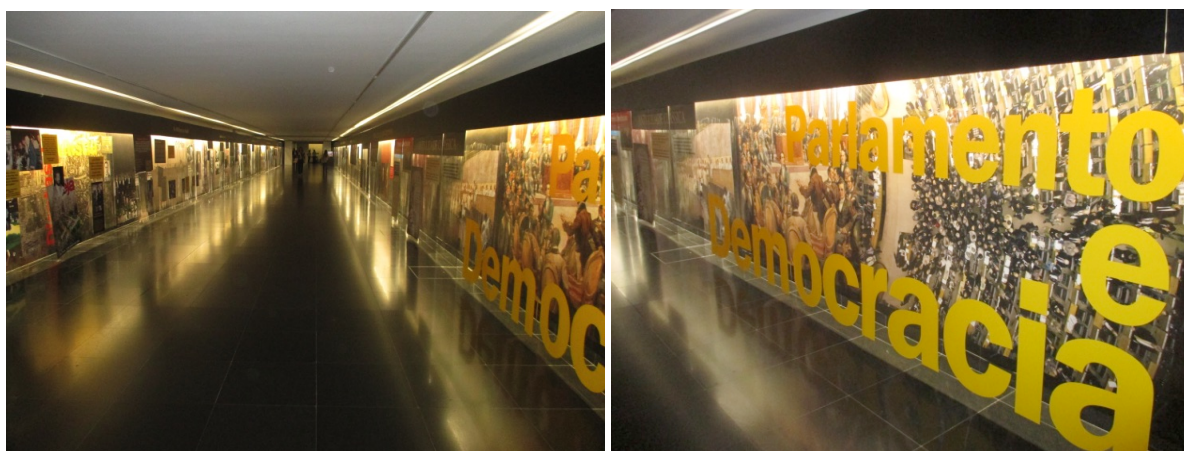
As imagens a seguir, compostas de textos multimodais e multidimensionais — cujos significados se realizam por mais de um código semiótico (KRESS; VAN LEEUWEN, 2006) — mostram algumas fotos gerais da exposição Parlamento e Democracia, divulgada e distribuída concomitantemente em outros formatos e suportes: como documentário, pela TV Câmara; como entrevista com o curador da mostra, Ricardo Oriá, na Rádio Câmara; como reportagem, pelo impresso Jornal da Câmara; em panfletos impressos espalhados pela Casa; e pela Agência Câmara, página virtual da Casa de Leis, que congrega todas as mídias.



VI Colóquio e I Instituto da Associação Latino-Americana de Estudos do Discurso – ALED – Brasil
Estudos do discurso: questões teórico-metodológicas, sociais e éticas
São Carlos, 27-30 de Julho de 2016

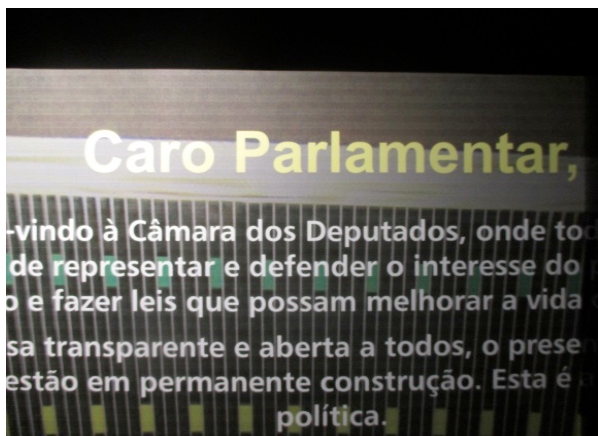
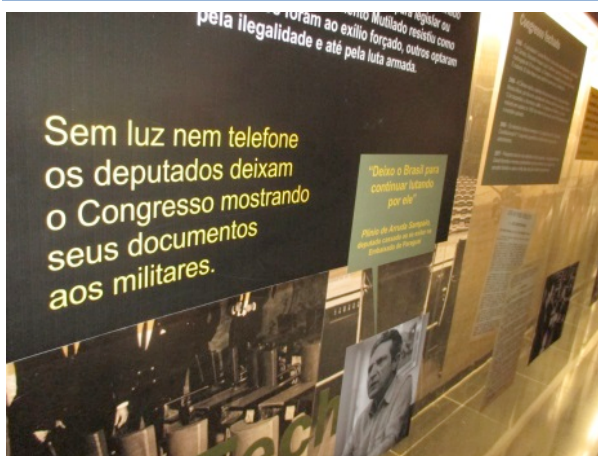
Nas imagens da exposição, os *clusters* enquadrados concretizam a integração de recursos semióticos dos modos escrito e imagético, tendência absoluta na produção do sentido para a comunicação social hodierna, ante o fenômeno da cultura da convergência. Texto e imagem constroem o significado semiótico e linguístico do compósito.

Figura 1 - Fotos da exposição Parlamento e Democracia





VI Colóquio e I Instituto da Associação Latino-Americana de Estudos do Discurso – ALED – Brasil
Estudos do discurso: questões teórico-metodológicas, sociais e éticas
São Carlos, 27-30 de Julho de 2016



Fonte: Acervo pessoal da autora.

Note-se que os textos multimodais e multidimensionais foram assim arranjados: em cada uma das paredes do corredor que dá acesso ao Plenário da Casa colaram-se pôsteres com textos nos modos escrito e imagético, que cobriam as paredes de cima a baixo. Um palmo na frente das paredes, paralelamente a estas, tal como uma cortina transparente, foi esticada lona de vinil translúcida, em que se sobrepunham outros textos. Nesta "cortina transparente", textos multimodais replicavam-se, a passar a sensação de tridimensionalidade. Lê-se o título da exposição, Parlamento e Democracia, impresso no vinil transparente, e por detrás se podem ver duas grandes imagens: a do Plenário atual e a do de 1822, ainda em Lisboa.

Identificam-se os principais participantes interativos: o produtor do signo semiótico, ou seja, a Secretaria de Comunicação da Câmara dos Deputados, diretamente ligada à Presidência da Casa e do grupo hegemônico capitaneado pelo Deputado Eduardo Cunha, sob



VI Colóquio e I Instituto da Associação Latino-Americana de Estudos do Discurso – ALED – Brasil
Estudos do discurso: questões teórico-metodológicas, sociais e éticas
São Carlos, 27-30 de Julho de 2016

cuja batuta se produziu a exposição cultural; os Deputados recém-empossados para a 55ª Legislatura, iniciada em 2015, aos quais primordialmente se destinaram os textos multimodais; o cidadão, também tomado como público-alvo da mostra; a imprensa em geral, citada nos textos do modo escrito que compuseram inclusive o panfleto da mostra cultural. Consideramos destinatários também, indiretamente, os membros dos outros Poderes da República, Executivo e Judiciário.

A análise dos textos multimodais revela, entre outros sentidos e propósitos ocultos, um ataque velado ao Poder Executivo e aos representantes da esquerda política, praticamente não representados na mostra. Escancara, contudo, a defesa da democracia e do Parlamento ante uma possível volta do regime militar.

Neste ponto do artigo, inicia-se a análise da primeira imagem destacada da exposição. Proeminente, grandiosa, em posição privilegiada na exposição (no centro do corredor), salientada pela luz e pelo contraste do preto com o branco — os quais culturalmente atrelam-se às ideias de formalidade, reverência, seriedade, confiabilidade —, apresentam-se as *Atribuições do Congresso Nacional*, título deste compósito.

A sobriedade da composição coaduna-se com o intento do órgão parlamentar de produzir textos que busquem resgatar a credibilidade da representação política e a legitimidade dos membros da Casa de Leis. Para Charaudeau (2006, p.62), “o dispositivo do contrato de comunicação política é, de certa forma, uma máquina de forjar discursos de legitimação que constroem imagens de lealdade (para a instância política)”.

Figura 2 - Atribuições do Congresso Nacional



Fonte: Acervo pessoal da autora (foto da exposição Parlamento e Democracia)



VI Colóquio e I Instituto da Associação Latino-Americana de Estudos do Discurso – ALED – Brasil
Estudos do discurso: questões teórico-metodológicas, sociais e éticas
São Carlos, 27-30 de Julho de 2016

Constroem a coerência da composição os caminhos potenciais de leitura. A trajetória de leitura (KRESS; VAN LEEWEN, 2006), da esquerda para a direita e de cima para baixo (conforme escrita e leitura ocidentais), reitera o valor ou peso dos elementos na construção do significado, já marcados pelo enquadramento, pelas cores, pelo tamanho e pelo lugar que ocupam na composição.

No texto do modo escrito, a primeira atribuição do Congresso Nacional, em *framing*, encontra-se topicalizada, é a primeira do percurso de leitura: "Investigar fatos de interesse nacional por meio de Comissões Parlamentares de Inquérito (CPI)". Investigar desponta como interesse primeiro do grupo hegemônico da Casa. De fato, toda a exposição se constrói sob um campo semântico formado pelas noções de coerção, repressão e repreensão. A função legislante — esta sim, atribuição priorística do Poder Legislativo e de seus órgãos máximos, Senado da República e Câmara dos Deputados — foi posta em segundo lugar: "Propor, votar, alterar, aprovar ou rejeitar projetos de lei".

O ato de investigar, por meio de CPIs, apresentado como primeira atribuição do Congresso Nacional, poderia ter como alvo o Poder Executivo, conforme escancara a terceira atribuição: "Fiscalizar e controlar os atos do Poder Executivo. Convocar Ministros de Estado para prestar esclarecimentos e informações". Imperioso sublinhar que, no extenso rol que se apresenta nos arts. 48 a 50 da Constituição Federal, sob o título específico de *Atribuições do Congresso Nacional*, Seção II, não há menção à formação de Comissões Parlamentares de Inquérito. Estas estão previstas, sim, em parágrafos distintos do art. 58 da Constituição Federal, que trata das comissões temáticas permanentes e temporárias do Parlamento, na Seção VII, *Das Comissões*:

Art. 58. O Congresso Nacional e suas Casas terão comissões permanentes e temporárias, constituídas na forma e com as atribuições previstas no respectivo regimento ou no ato de que resultar sua criação.

[...]

§ 2º Às comissões, em razão da matéria de sua competência, cabe:

[...]

III - convocar Ministros de Estado para prestar informações sobre assuntos inerentes a suas atribuições;

§ 3º As comissões parlamentares de inquérito, que terão poderes de investigação próprios das autoridades judiciais, além de outros previstos nos regimentos das respectivas Casas, serão criadas pela Câmara dos Deputados e pelo Senado Federal, em conjunto ou separadamente, mediante requerimento de um terço de seus membros, para a apuração de fato determinado e por prazo certo, sendo suas



VI Colóquio e I Instituto da Associação Latino-Americana de Estudos do Discurso – ALED – Brasil
Estudos do discurso: questões teórico-metodológicas, sociais e éticas
São Carlos, 27-30 de Julho de 2016

conclusões, se for o caso, encaminhadas ao Ministério Público, para que promova a responsabilidade civil ou criminal dos infratores. (BRASIL, 1988).

O texto da Carta Maior não estabelece a convocação de Ministros de Estado para prestar “esclarecimentos”, mas tão só informações sobre assuntos inerentes a suas atribuições. E o fará nas comissões temáticas das Casas Legislativas, conforme a matéria de competência de cada comissão, não em CPIs. Notadamente se procura atrelar a convocação dos Ministros para “prestar esclarecimentos” à primeira atribuição do Congresso Nacional propalada pela exposição: investigar, por meio de CPIs.

Questões orçamentárias coroam a lista das quatro principais atribuições do Congresso Nacional — e diga-se, por relevante, que não são estas as atribuições principais do Parlamento, segundo a Constituição Federal, mas foram consideradas centrais ou fundamentais pelo produtor do signo, conforme a sua própria seleção criterial para a mostra dita cultural e autoproclamada histórica e constitucional. Eis a quarta atribuição do Congresso Nacional: "Aprovar o Orçamento. Determinar as regras de arrecadação e distribuição dos recursos." Vale aduzir que foram justamente questões orçamentárias que ensejaram o imputação de crime de responsabilidade à então Presidenta da República.

O destaque a tais atribuições, entre tantas outras, reforça o caráter de alerta, vigilância, prontidão e sobreaviso, dirigido não somente aos novos Parlamentares, responsáveis por resgatar a face positiva do Parlamento, mas também e principalmente ao Poder Executivo, um dos inimigos do Parlamento (ou do grupo hegemônico de então), identificados na análise semiótica.

No final da exposição, outro texto corrobora a interpretação — que textualmente orientada, considera as marcas linguístico-discursivas da exposição como um todo — de que o Poder Executivo foi dissimuladamente tratado como inimigo oculto do segmento político que assomou à Presidência da Câmara dos Deputados na 55ª Legislatura, no início de 2015. As imagens últimas da exposição colocam o termo “*impeachment*” e a expressão “*Impeachment já*”, cada qual com sua fonte, cor e enquadramento, sobrepostos à imagem de jovens entusiasmados, felizes, em êxtase. Os participantes representados, em *close*, confrontam o *viewer*, o que resulta em uma relação de intimidade e aproximação entre ambos, como parte do processo narrativo. A imagem faz referência direta aos “caras-pintadas”, como

ficaram conhecidos os manifestantes que, em 1992, unificados sob as cores da bandeira brasileira — tal como os que posteriormente se manifestariam *pró-impeachment*, em 2015 — clamavam pelo impedimento do então Presidente do Brasil, Fernando Collor de Mello.

Figura 3 - Foto da imagem de fechamento da exposição Parlamento e Democracia



Fonte: Acervo pessoal da autora (foto tirada da exposição).

O atrelamento de fato indesejável, desairoso para a comunidade política nacional e para a sociedade em geral, o *impeachment* de um Presidente da República por crime de responsabilidade, a imagens festivas destaca-se no final da narrativa cronológica histórica como uma peroração, um epílogo, um desfecho triunfal de uma história de heróis (os Parlamentares), cujo título bem poderia ser este: a vitória da democracia contra o inimigo do povo. E leia-se, em “inimigo do povo”, o Poder Executivo ou o Governo.

Fairclough (2003, p. 74) disserta sobre o enquadramento (contextualização em relação às outras partes do texto) e a ordenação do texto, e chama atenção para esta saliente (privilegiada) posição que chama de “arremate”, ou seja, a parte final do relato. E assim se encerra, com um sugestivo e sugestionador relato, a história contada da democracia brasileira.



VI Colóquio e I Instituto da Associação Latino-Americana de Estudos do Discurso – ALED – Brasil
Estudos do discurso: questões teórico-metodológicas, sociais e éticas
São Carlos, 27-30 de Julho de 2016

O elemento teleológico parece se mostrar capaz da delimitação genérico-discursiva. O contexto de comunicação, no momento da produção dos signos, indica gênero discursivo afeito à esfera política, muito além da artística ou cultural. A crise de representatividade por que então passam os Poderes Legislativo e Executivo, as incertezas advindas das manifestações populares recentes (por isso, ainda incompreendidas) e constantes, os perigos à estabilidade econômica recém-adquirida pelo País, advindos da crise econômica e política no Brasil e também no mundo, as ameaças latentes ao regime democrático, por meio de um clamor nada silencioso pela volta de regimes militares: todos os fatores sociais e históricos que campeiam o evento discursivo prestam-se a demarcá-lo como inserto em gênero da esfera política: antes atividade de cunho político que atividade de cunho artístico-cultural.

Como forma de representação, a mostra cultural serviu antes como suporte para o discurso político, este, sim, detentor de todos os elementos caracterizadores do gênero (KRESS; VAN LEUWEEN, 1996): finalidade (intenção, propósito), lugares de fala dos participantes discursivos e organização textual. Ainda que se a considere inclita a uma particular configuração genérica (de gênero), ou seja, o gênero exposição ou mostra cultural e histórica, esta estaria subordinada a um gênero maior, o gênero discurso político.

Tal fenômeno, sob a análise linguística ou semiótica, tanto para a Análise de Discurso Crítica quanto para a Teoria Semiótica Social da Multimodalidade, pode subsumir-se na noção de hibridismo de gêneros (discursivos ou textuais), resultante da multiplicidade de formações discursivas (artísticas/históricas/políticas/ideológicas/institucionais públicas).

Conclusão

Procedeu-se a breve análise semiótica e linguística do *corpus*, suficiente para o objetivo maior deste breve artigo: propor uma reflexão de cunho semiolinguístico e sociológico — com base em teorias e método sobre gênero textual/discursivo — acerca de tema social ainda em ebulição na sociedade brasileira: o processo de *impeachment* dirigido à Presidente Dilma Rousseff, suas causas e consequências sociais, econômicas, históricas.

Por meio de hibridismo de gênero (textual, para Kress, mas discursivo, para Fairclough), construiu-se um discurso essencialmente político, disfarçado em exposição histórico-cultural. Poder-se-ia dizer que se trata de poderoso eufemismo, por dissimulação



VI Colóquio e I Instituto da Associação Latino-Americana de Estudos do Discurso – ALED – Brasil
Estudos do discurso: questões teórico-metodológicas, sociais e éticas
São Carlos, 27-30 de Julho de 2016

(THOMPSON, 1995). Em verdade, a concretização dos discursos políticos institucionais públicos tem-se mostrado bastante seminal nesse sentido. Cada vez mais aparelhados para se inserirem “competitivamente” (em termos de audiência) no grande mercado das comunicações de massa — e com a vantagem de prescindirem do lucro para sua subsistência —, os órgãos de comunicação das instituições públicas no Brasil produzem e fazem circular textos de cunho político sob o efúgio de gêneros os mais diversificados.

Buscou-se, enfim, por meio de hibridismo de gênero, mitigar ou mascarar a finalidade e o objeto político, o que possibilitou tornar os receptores muito mais vulneráveis ou permeáveis aos sentidos construídos pelos recursos linguísticos e semióticos utilizados na composição. Desarmados, os *habitués* dos corredores da Câmara dos Deputados, especialmente do que dá acesso ao Plenário, tornam-se receptores passivos e maleáveis diante de uma “ingênua” e “despretensiosa” mostra de arte, que proclama a sua clara e nobre intenção de contar a história do Parlamento e da Democracia — nada mais, nada menos.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- BRASIL. Câmara dos Deputados. Secretaria de Comunicação Social. *Convergência e integração na comunicação pública*. (Org.) Evelin Maciel. Brasília: Câmara dos Deputados, Edições Câmara, 2013, 158 p. Série gestão institucional/Relatórios, n. 3.
- BRASIL. Constituição (1988). *Constituição da República Federativa do Brasil*. Brasília, DF: Senado Federal: Centro Gráfico, 1988.
- BALDRY, A.; THIBAUT, P. J. *Multimodal transcription and text analysis: a multimedia toolkit and coursebook*. London: Equinox, 2006.
- CHARADEAU, P. *Discurso Político*. 1. ed. São Paulo: Contexto, 2006.
- FAIRCLOUGH, N. *Discurso e Mudança Social*. (Coord. Trad.) Izabel Magalhães. Brasília: Editora Universidade de Brasília, 2001.
- _____. *Analysing discourse: Textual analysis for social research*. London: Routledge, 2003.
- _____. *Language and globalization*. London: Routledge, 2006.
- FERRAZ, J.A. Multimodalidade e Formação Identitária: o Brasileiro em Materiais Didáticos de Português Língua Estrangeira (PLE). In: *Reflexões sobre a língua portuguesa: uma abordagem multimodal*. VIEIRA, J.A. et al. Petrópolis, Rio de Janeiro: Vozes, 2007.
- GALVÃO, R.Q. *Do logocentrismo à multimodalidade: uma análise crítica da comunicação política da Câmara dos Deputados do Brasil*. 2015. 189 f., il. Dissertação (Mestrado em Linguística)—Universidade de Brasília, Brasília, 2015.



VI Colóquio e I Instituto da Associação Latino-Americana de Estudos do Discurso – ALED – Brasil
Estudos do discurso: questões teórico-metodológicas, sociais e éticas
São Carlos, 27-30 de Julho de 2016

KRESS, G. *History and Language*: towards a social account of linguistic change. *Journal of Pragmatics*, v. 13, n. 3, p. 445-466, 1989.

KRESS, G. VAN LEEUWEN, T. *Multimodal Discourse*: The modes and media of contemporary communication. London: Arnold, 2001

_____. *Reading images*: the grammar of visual design. London, New York: Routledge, 2006.

_____. *Reading Images*: The Grammar of Visual Design. Londres: Routledge, 1996.

SANTAELLA, L. *A Cultura das Mídias*. São Paulo: Experimento, 1996.

THOMPSON, J. B. *Ideologia e cultura moderna*: teoria crítica na era dos meios de comunicação de massas. 6. ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 1995.